

Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais

Transgender feminism and movements of transsexual women

JAQUELINE GOMES DE JESUS – UNB/DF

HAILEY ALVES – UNINOVE/SP

RESUMO

O presente artigo procura realizar conexões teóricas e pragmáticas entre feminismo e movimento transgênero, estabelecendo um diálogo entre linhas de pensamento e reivindicações históricas do feminismo, por meio de uma abordagem inclusiva que repele a noção biologizante que patologiza as identidades trans. A partir desse referencial, evidencia-se a emergência de uma movimentação a respeito de despatologização e formulação de novas estratégias discursivas por pessoas e grupos trans, ao considerarem o imaginário social ligado à noção de uma divisão morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero (cisgeneridade) como um fator de opressão das pessoas trans, por regular corpos não conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina.

Palavras-chave: Feminismo. Transfeminismo. Identidade. Transgeneridade.

ABSTRACT

This article seeks to perform pragmatic and theoretical connections between feminism and transgender movement by establishing connections a dialogue between lines of thought and historical claims of the feminism, through an inclusive approach that rejects the biological notion that pathologizes trans identities. From this point of view, it is highlighted the emergence of a movement about depathologization and formulation of new discursive strategies by trans individuals and groups, when considering the social imaginary tied to the notion of a rigid and unchanging morphological division between sex and gender (cisgender) as a factor of oppression of trans people, for regulating non-conforming bodies to the standard binary man/penis and woman/vagina.

Keywords: Feminism. Transfeminism. Identity. Transgender.

INTRODUÇÃO

Historicamente, é antiga a noção de que haveria uma diferença essencial entre homens e mulheres, pautada pelos seus sexos biológicos, essa percepção, porém, modificou-se ao longo do tempo e das culturas. A concepção atual de há dois sexos diferentes surgiu apenas no século XVIII, anteriormente prevalecia o monismo sexual, a ideia de que há um único sexo, com registros datados do século II, nos tratados de Galeno, para quem o sexo feminino era um subdesenvolvimento do sexo masculino, o órgão genital feminino (vagina) seria um órgão genital masculino (pênis) incompleto, ou seja, entendia-se que mulheres eram homens imperfeitos (LAQUER, 2001).

O conceito de gênero existe no meio científico desde meados do século XX, a partir das considerações de John Money (1955) acerca dos papéis construídos socialmente para homens e mulheres, ao que ele apontou gênero como uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres, diferenciando esse conceito do de sexo biológico e evidenciando que, nem sempre, as expectativas sociais relacionadas às pessoas nascidas com determinadas configurações biológicas (femininas ou masculinas) redundará na identificação com certo gênero (homem ou mulher), conforme demonstra Berenice Bento (2006, 2008), em seus estudos sobre a vivência transexual.

As sociedades contemporâneas, de forma geral, ante às anatomias genitais tradicionalmente entendidas como feminina (vagina) ou masculina (pênis), costumam generalizar suas concepções de mundo a partir da crença de que o sexo seja algo universal (todos os seres vivos teriam sexo), binário (macho e fêmea) e globalizante das identidades e papéis sociais, essa crença se mostra falaciosa, quando consideradas as vivências de diferentes povos e grupos sociais (HERDT, 1996).

A ciência biológica, segundo Joan Roughgarden (2005), considera que somente algumas espécies animais (sexo não é universal) dividem-se em duas ou mais categorias complementares (sexo não é necessariamente binário), denominadas “sexos”, que podem combinar o seu material genético para reprodução. Ser fêmea ou macho em uma espécie pode significar papéis totalmente inversos em outras.

Desse modo, conforme entendem Guacira Louro (1998, 2000), Pedro Oliveira (1998), Joan Scott (entrevistada por GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998) e Rita Segato (1997), o conceito de gênero é relacional e político, independe das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade – o que de forma alguma se restringe à sexualidade.

Gênero é um conceito mais útil do que o de sexo para a compreensão das identidades, papéis e expressões de homens e mulheres na vida cotidiana, tendo sido adotado pelos movimentos feministas a partir da década de 70, a fim de demarcar as distinções de cunho social entre homens e mulheres, as quais tendem a subalternizam as mulheres (SCOTT, 1995).

Entretanto, no Brasil contemporâneo, ao sexo ainda é atribuído um estatuto legal, de modo que

nos registros civis de forma geral (certidões de nascimento, carteiras de identidade, crachás, frequências, contracheques, entre outros), é o sexo biológico e um nome atribuído a ele que constam, sendo o gênero uma variável inutilizada, senão confundida com o próprio conceito de sexo. No que tange a homens e mulheres transexuais e travestis, isso incorre em sofrimento e negação de direitos (JESUS, 2010).

O movimento social composto pela população transgênero¹ se torna cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em redes virtuais. Fabrica novas realidades sociais, reconfigura relações de gênero e demarca identidades pessoais e sociais, demonstrando, na sua práxis, que a identidade de gênero não esgota a subjetividade (JESUS, 2012a).

O presente artigo apresenta dados sobre os processos de auto-organização do movimento transgênero ou trans no Brasil, analisando a efetividade das pautas apresentadas a partir de uma ótica feminista e propondo a adoção de uma metodologia de ação feminista, como uma estratégia para o estímulo do pensamento crítico e da criatividade, em especial nos movimentos de mulheres transexuais.

1 MOVIMENTOS TRANS NO BRASIL

O ativismo social cada vez mais frequente entre homens e mulheres transexuais e travestis, praticado de forma mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero. Isso se relaciona ao fato de que as pessoas passam a se perceberem e são percebidas como integrantes de um grupo social antes invisível, partilham crenças e sentimentos com outros indivíduos trans, e começam a se comprometer subjetivamente com o grupo, o que vai ao encontro da clássica Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel e John Turner (1979).

“Evoluir” da identificação com um grupo social para a participação no movimento social desse grupo é outro passo (MELUCCI, 1989). As pessoas começam a participar mais quando passam a sentir, pensar e agir como membros efetivos de seu grupo, o que, por solidariedade, estimula-os a desenvolverem uma identidade politizada:

Se uma identidade social se torna mais proeminente do que a identidade pessoal, pessoas são inclinadas a definir seu eu em termos de o que os faz diferentes dos outros, ao passo que eles tendem a definir suas identidades sociais em termos de o que os faz semelhantes aos outros (Jacqueline van STEKELBURG; Bert KLANDERMANS, 2010, p. 4).

Em nível internacional, há uma importante data de luta unificada pelo direito à livre expressão da identidade de gênero: 23 de outubro, Dia Mundial de Luta contra a Patologização da Transexualidade.

1 Composta eminentemente por mulheres transexuais, homens transexuais e travestis, e por outros grupos, tais como os denominados crossdressers, drag queens / kings ou transformistas, queer / andróginos ou transgênero. Para uma melhor compreensão da diversidade dessa população e suas complexidades, consultar Jesus (2012b).

Ainda hoje a condição transexual é considerada um transtorno de identidade sexual pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2008) e pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM IV (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994), manuais de orientação dos profissionais de saúde em geral, por isso as pessoas e transexuais e seus parceiros se mobilizam, internacionalmente, pelo reconhecimento de seu direito ao gênero, independentemente do sexo biológico.

Essa mobilização no Brasil, entretanto, ainda é restrita a meios acadêmicos, e incipiente junto aos movimentos sociais da população transgênero, que tem se articulado na discussão pela despatologização das identidades trans principalmente na internet, por meio das redes sociais virtuais, destacando-se a comunidade² “Despatologização Trans. CID/DSM”, da rede social *Facebook*, localizada no endereço <<http://www.facebook.com/#!/groups/267024486729539>>, que visa agrupar pensadores nacionais sobre a luta internacional contra a psiquiatrização das identidades de pessoas transgênero (até o dia 23 de julho de 2012 a comunidade contava com 45 membros).

Apesar da multiplicidade de desafios impostos às pessoas transgênero no contexto brasileiro (violação de direitos, violência psicológica, física e assassinato), a pauta de luta do movimento transgênero organizado tem se concentrado no tema da adoção do nome social³, cuja utilização, no entendimento de Bento (2012), tornou-se uma “gambiarra” legal, uma solução à brasileira que não altera substancialmente a vida da população transgênero, que sofre graves restrições legais para a adequação efetiva de seus registros civis (nome civil e gênero constante nos documentos).

Travestis ou transexuais brasileiros que buscam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam são demandadas pelo judiciário a se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital, para que somente após elas lhes seja possibilitada a concessão do direito fundamental à identidade. Além de configurar uma violência institucional, essa é uma prática eugenista de esterilização forçada contra um grupo populacional, em pleno século XXI, considerando que há pessoas transexuais e travestis que por diversas razões não desejam ou não podem se submeter a essas cirurgias, e nem por isso deixam de vivenciar suas identidades de gênero.

Enquanto isso, o Congresso Nacional da Argentina aprovou, em 19 de maio de 2012, o Expediente número 75/11 (ARGENTINA, 2012), avançada legislação a respeito da identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis que lhes garante direitos fundamentais, como o de poderem retificar seus registros civis sem o aval da Justiça ou condicionadas à realização de cirurgias, reconhecendo de fato que o que importa é a vivência interna de gênero, independentemente dos órgãos genitais externos e internos.

2 Uma comunidade em rede virtual é um grupo temático criado e organizado por usuários dessa rede.

3 No caso das pessoas transgênero, é o nome pelo qual elas se identificam, independentemente do gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento.

Outra frente de batalha se refere ao aperfeiçoamento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), sob a alçada do Ministério da Saúde, que tem apresentado restrição territorial e limitação de procedimentos, na maioria dos centros especializados focando apenas a cirurgia de transgenitalização ou redesignação genital (ALMEIDA, 2010), prática que, recentemente, foi criticada por pesquisadores, militantes e profissionais de saúde por meio de uma carta aberta contra a patologização das identidades trans (MANUSCRITO, 2012).

O aspecto político mais evidente da ação coletiva relacionada às pessoas trans brasileiras tem sido o da visibilidade. Apesar de haver pessoas transexuais nos diferentes espaços sociais, políticos, técnicos ou acadêmicos, a sua visibilidade na sociedade, nos meios de comunicação em particular, é concentrada no aspecto marginal ou criminal, e pouco no seu cotidiano e demandas.

29 de janeiro é comemorado, em todo o Brasil, como o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Reconhecida publicamente pelas organizações sociais e por representações do Governo Federal, a data se remete ao ano de 2004, quando o Ministério da Saúde lançou a campanha nacional “Travesti e Respeito”, idealizada por travestis, a fim de promover o respeito à sua condição.

A partir da crescente organização política e mobilização dos homens transexuais, suas demandas particulares têm se visibilizado, tanto quanto as dificuldades enfrentadas para vivenciar sua identidade como homens. Relatos pessoais como o de João Nery (2011) são significativos do machismo que homens transexuais sofrem, ante a representações estereotipadas de masculinidade em nossa sociedade.

2 FEMINISMO TRANSGÊNERO OU TRANSFEMINISMO

O feminismo apresenta duas dimensões. Como teoria de análise crítica da situação das mulheres no mundo, é uma linha de pensamento crítica aos papéis impostos histórico-socialmente às mulheres; como modelo de organização, é um movimento que visa a transformação da condição subalternizada das mulheres (SILVA; CAMURÇA, 2010).

São feministas as pessoas e organizações que defendam essa teoria e prática.

O conceito de gênero aplicado ao feminismo possibilitou a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher, abrindo a possibilidade para a construção das identidades de gênero (BENTO, 2006). A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais.

Tal qual outros aspectos da ação coletiva da população transgênero brasileira, a inclusão do fe-

minismo como debate e pauta política é recente, porém cada vez mais visível, a partir de iniciativas no mundo virtual, como a comunidade “Transfeminismo”, no endereço <<http://www.facebook.com/#!/groups/334400389941600>> (171 membros até 23 de julho de 2012), em que se discutem estratégias para o aumento do reconhecimento da “mulheridade” das mulheres transexuais e a importância da inserção das pessoas transgênero nos movimentos feministas, como forma de empoderamento; do blog “Transfeminismo ~ Discussões Transfeministas” (<http://transfeminismo.com>), auto-identificado como ativista transfeminista, contando com 256 seguidores até o dia 23 de julho de 2012; e o portal de notícias “Diário Cisgênero” (<http://portalcisbrasil.tumblr.com>), que visa subverter as notícias, veiculadas tanto pelas mídias tradicionais quanto por portais voltados à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que invisibilizam ou estigmatizam as pessoas trans (denominadas “cissexistas”. Fala-se em “transfobia” quando há medo ou ódio com relação a pessoas transgênero).

A visibilização cada vez maior da população trans se enquadra em um projeto político de emancipação, relacionado à publicização de suas necessidades específicas, suas histórias, suas posições sociais, e com isso se nota algo que o feminismo negro identificou quando de seu surgimento, nos anos 70 do século XX: ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não levava em conta as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas (COLLINS, 1990).

No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero⁴, popularmente tidas como mulheres “de verdade”, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade”.

Exemplo dessa discriminação cissexista é que:

Não se pode afirmar que há a mesma proliferação de discursos para proteção de travesti, transexual, gays e lésbicas se comparada à mulher cromossomaticamente XX [...]. Basta um rápido acesso à página eletrônica da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres⁵. Lá encontramos inúmeros artigos, pesquisas, legislações, um disque 180 para denunciar violência contra as mulheres, campanhas. É inegável a proliferação de discursos sobre ‘a mulher’ nas últimas décadas [...], insistente e persistente produção da mulher hiper-real [...], responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual [...], o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão e voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas, está na militância (BENTO, 2011, p. 361-362).

4 Segundo Jesus (2012b), o termo “cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero.

5 <http://www.sepm.gov.br>

É no bojo do fortalecimento nacional do movimento transgênero, com a paulatina conscientização política da população trans e o reconhecimento da histórica resistência das pessoas transgênero brasileiras, em especial as travestis, e da aproximação efetiva desse movimento com o feminismo teórico e prático, que se começa a adotar o conceito de “feminismo transgênero” ou “transfeminismo”.

O feminismo transgênero pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos. Emi Koyama (2011) define o transfeminismo como, “primordialmente, um movimento feito por e para mulheres trans que entendem que a sua liberação está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres, e além”.

Essa autora considera que os princípios primários do feminismo transgênero são simples, apesar da dificuldade de sua aplicação na sociedade binária e patriarcal, em nível global, na qual vivemos:

Cada indivíduo tem o direito de definir suas próprias identidades e esperar que a sociedade as respeite. Isso também inclui o direito de expressar nosso gênero sem medo de discriminação ou violência. Em segundo lugar, temos que ter o direito exclusivo de tomar decisões sobre nossos próprios corpos, e que nenhuma autoridade política, mídia ou religiosa violará a integridade de nossos corpos contra nossa vontade ou impedir nossas decisões acerca do que fazemos com eles (KOYAMA, 2001, p. 2).

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo⁶ e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres.

Entende-se que o feminismo tradicional, sem a recepção do transfeminismo, reforça a falácia, repetida cotidianamente, de que mulheres “de verdade” seriam aquelas com órgãos genitais femininos externos e internos (vagina e útero), ou ainda “as que engravidam”, ou que homens “de verdade” seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém.

Essa forma de sexismo prejudica não apenas a população transgênero, mas todo e qualquer ser humano que não se enquadre em tal modelo, como mulheres hysterectomizadas⁷ e/ou mastectomizadas⁸ e homens orquiectomizados⁹ e/ou “emasculados”¹⁰ por motivos de saúde, como o câncer. Até mesmo práticas sexuais são estigmatizadas por esse sexismo, como a penetração de um homem por uma mulher, ato considerado como uma “inversão” nos papéis sexuais tradicionais de gênero, entretan-

6 Crença na divisão binária dos gêneros, em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino.

7 Extirpação de útero

8 Retirada de mamas.

9 Extirpação de testículos.

10 Termo por si só representativo da visão cissexista ou dimórfica sobre os corpos, que se refere à retirada da genitália externa masculina.

to comuns entre casais heterossexuais ¹¹.

A separação social, legal, comportamental e atitudinal estabelecida entre homens e mulheres desde o seu nascimento, com base na falaciosa ideia de que sexo biológico (cromossomos, genitais) determina gênero, retira o direito das pessoas à auto-expressão e estrutura o sexismo como uma forma de apartheid com consequências psicossociais e institucionais negativas, especialmente no que concerne ao direito à autodeterminação das pessoas, de forma geral (ROTHBLATT, 1995).

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar o empoderamento das pessoas transexuais (homens e mulheres), travestis e outras enquadradas no universo trans, independentemente de seu gênero, aparência ou sexualidade, o transfeminismo — ou feminismo transgênero — reconhece que elas estão à margem dos processos sociais, excluídas por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cissexistas e transfóbicos.

Para além da ideia de uma mera participação no movimento LGBT, o feminismo transgênero promove, especificamente junto à população que integra a sigla T, a superação de restrições conceituais e políticas decorrentes da limitação de suas reflexões e ações à demandas do coletivo amplo formado pelos LGBT, em que LGB têm diferentes centralidades e demandas relacionadas a orientação sexual, não necessariamente coincidentes com as das/dos T, focadas em identidade de gênero.

Os movimentos de mulheres transexuais – e das travestis, integrantes de uma parcela numerosa e historicamente mais visível da população trans – têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e constroem suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina.

O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e 4) é aberto, e pode ser validado por quaisquer

11 O termo “mulher penetra homem”, quando digitado no site de buscas Google, traz 473 (quatrocentos e setenta e três) resultados, com expressões do desejo de mulheres em penetrarem homens, ou destes em serem penetrados por mulheres.

peçoas, transgênero ou cisgênero.

O último aspecto supracitado do feminismo transgênero é substantivo para sua preservação, porque amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, no afã de superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 117-148.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM IV**. Psiquiatria Geral, 1994. Disponível em: <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>>. Acesso em 4 jul. 2012.

ARGENTINA. **Expediente numero 75/11**. Buenos Aires: Congreso Argentino, 2012. Disponível em: http://www.senado.gov.ar/web/proyectos/verExpe.php?origen=CD&tipo=PL&numexp=75/11&nro_comision=&tConsulta=4 2012. Acesso em: 7 jul. 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 357-371.

_____. Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno. **Carta Potiguar**, 21 set. 2012. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2012/05/29/identidade-de-genero-entre-a-gambiarra-e-o-direito-pleno>. Acesso em: 7 jul. 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Boston: UnwinHyman, 1990.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Ponto de vista: entrevista com Joan Wallach Scott. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 114-124, jan./jun. 1998.

HERDT, Gilbert. **Third sex, third gender:** beyond sexual dimorphism in culture and history. New York: Zone Books, 1996.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Karine Brito (Org.). **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social:** diálogos interdisciplinares. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. p. 80-89. Disponível em: http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais_do_Simpósio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf. Acesso em: 4 jul. 2012.

_____. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 6., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEH, 2012. 15 p.

_____. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Goiânia: Ser-Tão, 2012. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 4 jul. 2012.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto.** Eminism.org, 2001. Disponível em: <http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>. Acesso em 23 set. 2012.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MANUSCRITO. **Carta aberta:** avaliação do seminário sobre processo transexualizador no SUS: contra a patologização das identidades trans. 2012. 5 p. Mimeografado.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present:** social movements and individual needs in contemporary society. London: Hutchinson Radius, 1989.

MONEY, John. **Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism:** Psychologic findings. Bulletin of the Johns Hopkins Hospital, Baltimore, EUA, v. 96, p. 253–264, 1955.

NERY, João W. **Viagem solitária.** Rio de Janeiro: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-111, jan./jun. 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10.** Datasus, 2008. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>. Acesso em: 4 jul. 2012.

ROTHBLATT, Martine. **The apartheid of sex:** a manifesto on the freedom of gender. New York: Crown Publishers, 1995.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade.** Londrina: Planta, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade, Porto Alegre**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 12, n. 2, p. 235-262, 1997.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimentos de mulheres.** Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

STEKELENBURG, Jacqueliën van; KLANDERMANS, Bert. The social psychology of protest. **Sociopedia.**

isa, 2010. Disponível em: <<http://www.sagepub.net/isa/admin/viewPDF.aspx?&art= Protest.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. An integrative theory of intergroup conflict. In: WORCHEL, Stephen; AUSTIN, William G. (Org.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey, CA: Brooks-Cole, 1979. p. 94-109.